

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Ara Pyau e as Sementes Sagradas: das Literaturas Indígenas ao Alimento Escolar

Ara Pyau and the Sacred Seeds: from Indigenous Literature to School Food

Ara Pyau y las Semillas Sagradas: de las Literaturas Indígenas a la Alimentación Escolar



Alessandra Tereza Mansur Silva

Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Joinville, Santa Catarina, Brasil
alessandramansur11@gmail.com



Roberta Barros Meira

Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Joinville, Santa Catarina, Brasil
rbmeira@gmail.com

Resumo: Para os povos do campo e da floresta, as sementes são sagradas, no entanto as sementes nativas estão desaparecendo. Num movimento de resistência, literaturas indígenas têm revelado a importância de proteger a diversidade das sementes para garantir a segurança e soberania alimentar de suas comunidades, bem como para usufruir as políticas públicas educacionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Os objetivos do artigo são levantar, discutir e analisar a diversidade das sementes do milho inscritas nas literaturas indígenas, entrecruzando-as com as possibilidades de ofertar na alimentação escolar o milho colorido ameríndio. Como metodologia, são analisadas as literaturas indígenas: Makunaimã taanii:

presente de Makunaimã e O sopro da vida: Putakarry kakaykary do escritor indígena Kamuu Dan, do povo Wapichana. As sementes sagradas presentes nas literaturas indígenas motivaram a ação extensionista que culminou na organização e curadoria da exposição Ara Pyau (Tempo Novo).

Palavras-chave: Educação Indígena. Exposição Ara Pyau. Literaturas Indígenas. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Sementes sagradas.

Abstract: For the rural and forest peoples, seeds are sacred. However, native seeds have been disappearing. In a resistance movement, Indigenous literature has demonstrated the importance of protecting seed diversity to ensure food security and sovereignty for their communities and benefit from the public educational policies of the National School Feeding Program. The objectives of the article were to raise, discuss, and analyze the diversity of corn seeds inscribed in indigenous literature, intertwining them with the possibilities of offering Amerindian-colored corn in school meals. As a methodology, the Indigenous literature pieces Makunaimã taanii: presente de Makunaimã and O sopro da vida: Putakarry kakaykary, by the Indigenous writer Kamuu Dan, from Wapichana people, are analyzed. The sacred seeds present in Indigenous literature motivated an extension action that culminated in the organization and curation of the Ara Pyau (New Time) exhibition.

Keywords: Ara Pyau exhibition. Indigenous Education. Indigenous Literature. National School Feeding Program. Sacred seeds.

Resumen: Para la gente del campo y del bosque, las semillas son sagradas. Sin embargo, las semillas autóctonas están desapareciendo. En un movimiento de resistencia, las literaturas indígenas han demostrado la importancia de proteger la diversidad de semillas para garantizar la seguridad y soberanía alimentaria de sus comunidades, así

como beneficiarse de las políticas públicas educativas del Programa Nacional de Alimentación Escolar. Los objetivos del artículo son plantear, discutir y analizar la diversidad de semillas de maíz inscritas en las literaturas indígenas, entrelazándolas con las posibilidades de ofrecer maíz de colores amerindios en la alimentación escolar. Como metodología, se analizan las literaturas indígenas Makunaimã taanii: presente de Makunaimã y O sopro da vida: Putakaryy kakykary, del escritor indígena Kamuu Dan, del pueblo Wapichana. Las semillas sagradas presentes en las literaturas indígenas motivaron una acción de extensión que culminó con la organización y curación de la exposición Ara Pyau (Nuevo Tiempo).

Palabras clave: Educación Indígena. Exposición Ara Pyau. Literaturas Indígenas. Programa Nacional de Alimentación Escolar. Semillas sagradas.

Data de submissão: 20/08/2024

Data de aprovação: 13/01/2025

Introdução

As sementes para os povos do campo, das águas, da floresta, indígenas e quilombolas são sagradas, a fonte da vida. Contêm em si a seleção de espécies e a diversidade genética acumuladas por gerações pelas pesquisas indígenas (Cunha, 2017). Por isso se regeneram, se multiplicam e possibilitam a segurança alimentar das comunidades, no entanto as sementes nativas estão desaparecendo perante o colonialismo alimentar financiado por corporações transnacionais que insistem na modificação genética das plantas para obtenção de patentes. O mercado de sementes vem transformando alimentos em **produtos alimentícios**. Num movimento de resistência, literaturas indígenas têm revelado a importância de proteger a biodiversidade, os direitos das pessoas às sementes nativas, o direito dos agricultores de armazenar, trocar e proteger os conhecimentos tradicionais. Restaurar os sistemas alimentares locais com base em nutrientes vegetais é urgente para garantir uma alimentação saudável livre de transgênicos e de agrotóxicos. Nesse sentido, as tecnologias ancestrais de comunidades indígenas são fundamentais para pensar resistências e políticas públicas educacionais que envolvam a alimentação cotidiana das escolas indígenas.

A política pública intitulada Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o mais antigo programa de

alimentação escolar e nutrição do Brasil e um dos maiores do mundo. Atende atualmente 43 milhões de estudantes matriculados em escolas públicas, filantrópicas ou entidades comunitárias, incluindo escolas indígenas, quilombolas e ribeirinhas, dos anos iniciais à educação de jovens e adultos. No âmbito do PNAE, foi criada a Lei nº 11.947/2009, determinando que 30% do valor repassado ao programa pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, valorizando a biodiversidade, a produção orgânica, bem como os saberes e fazeres locais (Silva; Meira, 2023). Dessa forma, agricultores locais indígenas, quilombolas e ribeirinhos podem se beneficiar da política pública do PNAE e comercializar o excedente de sua produção agrícola com as escolas no entorno da comunidade, garantindo assim alimentos com alto valor nutritivo.

Ao valorizar a produção agrícola local, a política pública pretende fazer um enfrentamento de três questões:

- alto consumo de ultraprocessados, mesmo em ambientes com disponibilidade de alimentos *in natura*;
- dificuldades com a logística, atraso no recebimento dos alimentos nas escolas, especialmente na região amazônica;
- falta de conhecimento e respeito à diversidade cultural alimentar de cada povo. A questão envolve não somente os alimentos em si, mas o significado dos alimentos e das práticas alimentares na comunidade.

A relação que os povos do campo, das águas e da floresta têm com os alimentos é diferente da relação das sociedades não indígenas. Para esses povos, as sementes são sagradas, repletas de histórias, memórias, saberes e trocas culturais. Os objetivos do artigo são levantar, discutir e analisar a diversidade das sementes do milho inscritas nas literaturas indígenas **Makunaimã taanii: presente de** Makunaimã e **O sopro da vida:** Putakarry kakykary, ambas do escritor indígena Kamuu Dan, do povo Wapichana. As sementes sagradas presentes nas literaturas indígenas analisadas motivaram uma ação extensionista na universidade que envolveu cursos de graduação, o Comitê de Direitos Humanos e a participação do povo indígena Guarani, culminando na organização e curadoria da exposição *Ara Pyau* (Tempo Novo).

As Sementes Sagradas nas Literaturas Indígenas Wapichana

As literaturas indígenas têm revelado um dos mais importantes fenômenos político-culturais da contemporaneidade. Ao assumir o protagonismo público, reafirmam a coletividade ancestral do seu povo visibilizando as minorias silenciadas (Dorrico *et al.*, 2018). Apresentamos a seguir o escritor indígena do povo Wapichana Kamuu Dan, bem como as literaturas indígenas **Makunaimã taanii: presente de Makunaimã**, publicada em 2020, e **O sopro da vida:** Putakarry kakykary, de 2019, ambas obras bilíngues,

com tradução de Nilzimara de Souza Silva (Nizuaba), da língua Wapichana para o português.

O povo Wapichana pertence ao tronco linguístico Aruak. Em território brasileiro compõe uma população de 11.309 indígenas, que habitam predominantemente a região conhecida como Serra da Lua, entre os rios Branco e Rupununi. Na Guiana Inglesa, há uma população de 6.000 entre os rios Tacutu, Rupunumi e Kwitaro e de 37 indígenas Wapichana na Venezuela (PIB, 2024). O mito de origem do povo Wapichana, juntamente com o povo Macuxi, Taurepang e Ingarikó, é a história de Macunaimã, contada por Akuli, do povo Taurepang, e transcrita por Theodor Koch-Grümburg em seus relatos de viagem pelo norte do Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa entre os anos de 1911 e 1913 e que posteriormente inspirou a obra literária **Macunaíma**, de Mário de Andrade, de 1928 (Koch-Grümburg, 2022).

O escritor indígena Kamuu Dan (Filho do Sol) nasceu em Boa Vista, estado de Roraima, e atualmente mora em Brasília (DF), na aldeia Santuário dos Pajés, território indígena constantemente ameaçado pela especulação imobiliária – fato este presente na literatura **O sopro da vida**: Putakaryy kakykary. Em suas redes sociais, Kamuu Dan apresenta-se como contador de histórias indígenas, escritor, ativista e educador socioambiental. Sua intimidade com a Mãe-Terra é o estímulo para reunir a família e amigos ao redor da fogueira e contar as histórias do seu povo. Kamuu Dan esclarece que as histórias são

“uma importante ferramenta de conscientização sobre o cuidado e o respeito com o meio ambiente em suas diversas relações e à memória de seus ancestrais” (Wapichana, 2019, p. 47). Em 2015, obteve o segundo lugar no Concurso Tamoios, de textos de escritores indígenas, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), com o conto “A Árvore dos Sonhos”, e em 2017 foi o vencedor do concurso literário da FNLIJ com o conto “O Sopro da Vida”, publicado em 2019 pela editora Expressão Popular. Funcionário público da Fundação Nacional dos Povos Indígenas desde a década de 1990, cursa atualmente Gestão Ambiental na Universidade de Brasília. O que mais gosta de fazer é plantar, conviver com a natureza e contar histórias. As memórias afetivas do cotidiano da aldeia e as paisagens da infância pulsam em suas obras.

Das roças coletivas aos processos de cura com o sopro dos pajés (liderança espiritual) até as conversas com o *tuxaua* (liderança da comunidade) sobre o adoecimento das sementes, são os relatos que emergem das literaturas de Kamuu Dan. São as sementes sagradas de milho as protagonistas, a começar pela literatura **Makunaimã taanii: presente de Makunaimã**. Na obra, a entidade Makunaimã deixa de presente para o povo Wapichana as sementes *maziki* – sementes que têm espírito. O escritor abre a história contando que os *iribienau* (parentes) Wapichana “tinham muitas coisas valiosas e entre elas estava o *Maziki*. O milho foi um presente que Makunaimã deixou para nós. Além de cozido e assado, com ele fazemos

mingau e bebidas para nossas festas" (Wapichana, 2020, p. 2). Todavia, os *karaiwenau* (não indígenas) trouxeram para dentro da aldeia milhos "aparentemente muito bonitos", grandes, com espigas amarelas, e então foram substituindo as sementes coloridas. Ao perceber isso, o escritor relata que o pajé ancião se retirou da aldeia para salvaguardar as sementes sagradas e levou com ele um cesto repleto delas.

Com o passar do tempo, a comunidade foi percebendo que as espigas estavam adoecendo e já não eram mais tão bonitas como antes. Por isso o *tuxaua* chamou os *karaiwenau*, e, ao falar do problema, "eles afirmaram que a doença era por causa da terra que era fraca e que tínhamos que colocar mais adubos e venenos para controlar as pragas [...] e que os insetos eram os causadores das doenças e que para resolver tudo isso seria necessário trazer [...] milhos mais resistentes" (Wapichana, 2020, p. 8-9). Milhos mais "resistentes" significam introduzir sementes transgênicas, ou organismos geneticamente modificados. Além do mais, para que as sementes sejam "resistentes", é preciso aplicar os agrotóxicos comercializados pela mesma empresa que vende a sementes.

O Brasil consome por ano mais de 700 mil toneladas de agrotóxicos, sendo o maior consumidor mundial dessas substâncias (Bombardi, 2017). Os agrotóxicos atingem principalmente crianças, mulheres, indígenas e camponeses que vivem no entorno do cultivo de sementes transgênicas. "No caso do milho, o cultivo

transgênico alcançou 89% do total da safra de 2018-2019, e 90% das variedades de milho transgênico aprovadas no Brasil suportam o uso de herbicidas" (Bombardi, 2023, p. 24). Importa ressaltar que a agroindústria não responde às necessidades humanas alimentares, muito pelo contrário. No Brasil, a insegurança alimentar aumentou de forma significativa, e a fome severa mais do que dobrou no período entre 2013 e 2020.

Diante do adoecimento das sementes, e descontente com a fala dos não indígenas, a comunidade convocou todos os pajés para o ritual do bate-folha. Nesse ritual os pajés, ao bater as folhas à noite, chamaram os espíritos do milho para saber a doença instalada. Então, após o ritual, os pajés descobriram que as sementes de milho trazidas pelos não indígenas não tinham espírito e, por isso, não podiam alimentar nem o corpo nem a alma. Ao constatar a ausência do espírito *maziki* nas sementes, a comunidade reuniu-se e foi ao encontro do pajé ancião que havia guardado as sementes sagradas. Ao encontrá-lo, a comunidade se deparou com uma roça colorida, diversa e farta de alimentos (Figura 1), ao contrário da roça das sociedades não indígenas, que, pautadas em monoculturas, têm feito um manejo da escassez.

Segundo o agroecologista Kinupp (2021), estamos vivenciando na contemporaneidade uma verdadeira xenofilia alimentícia, uma ditadura de impérios agroalimentares. Elaine de Azevedo (2022), nutricionista e

doutora em sociologia política, propõe olhar o mundo por meio dos alimentos. Argumenta:

A comida é um patrimônio cultural imaterial, e destruir essa cultura também é uma forma de enfraquecer o povo e dominá-lo. Assim, amendoim, arroz, feijão, mandioca, milho, tainha, frutas do Cerrado foram sequestrados pelos ultraprocessados [...] o milho ameríndio é a perda cultural alimentar mais emblemática. (Azevedo, 2022, p. 312)

Figura 1. Pajé na roça com as sementes sagradas *maziki*. Ilustração de Jaú.



Fonte: Wapichana (2020, p. 14).

Finalizando a história, a comunidade humildemente pede ao pajé para retornar à aldeia com as sementes sagradas para restaurar a floresta. O pajé, sabendo que a tarefa não seria fácil, disse que se fazia necessário o envolvimento de toda a comunidade e

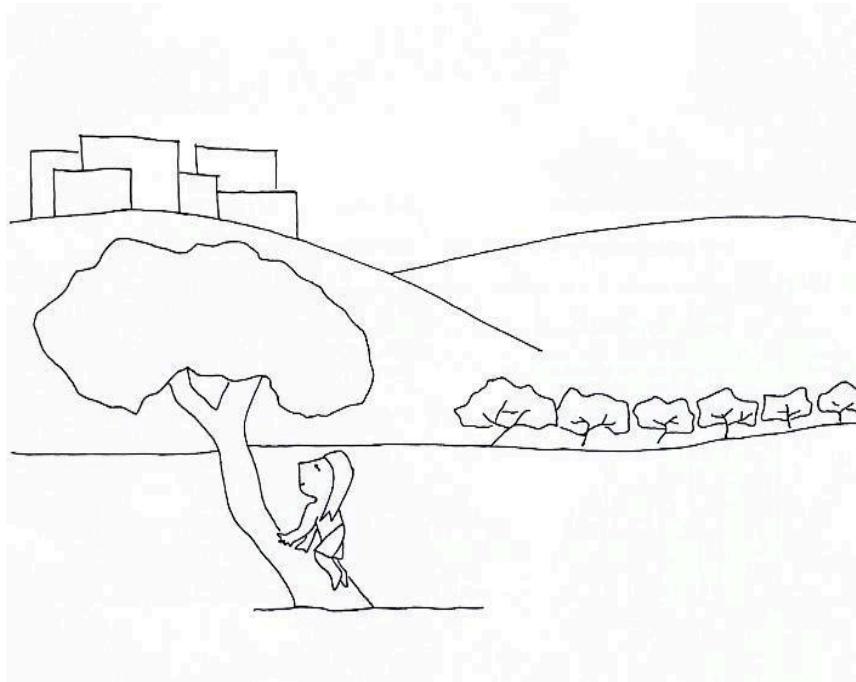
explicou: “A grande missão era fazer um ritual pedindo permissão para plantar novamente suas sementes sagradas, chamando os espíritos de volta” (Wapichana, 2020, p. 15). Então, o *tuxaua* ordenou que a comunidade abandonasse os milhos dos *karaiwenau* e voltasse a cultivar as sementes que Makunaimã dera de presente.

Com esse mesmo propósito, o de fortalecimento das soberania e segurança alimentares, a agricultora indígena Jerá Poty, do povo Guarani, relata que atua desde 2001 com a comunidade para recuperar as sementes nativas. Em cinco anos, conseguiram recuperar mais de 10 variedades de sementes de milho e 50 de batata-doce, realizando o intercâmbio de sementes com povos indígenas do Brasil e da América Latina. A troca de sementes sempre foi uma prática entre os povos indígenas, ressalta Jerá Poty, e não a comercialização (FELIZS – Feira Literária Da Zona Sul, 2020).

Na literatura **O sopro da vida:** Putakaryy kakykary, as sementes-bebê, assim como o pequeno Wyn Dan (Filho da Chuva), são os protagonistas. Wyn Dan nasceu no cerrado do Planalto Central, mas carrega em suas memórias as tradições e a raiz do povo Wapichana e compartilha-as no Santuário dos Pajés, com parentes Guajajara, Fulni-ô e Tapuya. A formação do Santuário dos Pajés dá-se com a construção de Brasília, no momento em que indígenas de diversos povos foram “recrutados” para o trabalho na construção civil da capital federal. O escritor Kamuu Dan, pai de Wyn Dan, mudou-se para Brasília com

seus pais quando ainda pequeno. Por isso, a literatura **O sopro da vida** conta a história das memórias de Kamuu Dan sobre o Santuário dos Pajés sendo “esmagado” por construções urbanas (Figura 2), sofrendo os impactos da especulação imobiliária na região.

Figura 2. Wyn Dan brincando cercado pela construção de prédios.
Ilustrações de Viana e Diogo.



Fonte: Wapichana (2019, p. 13).

O Santuário dos Pajés é uma terra indígena que se localiza em um setor em expansão imobiliária denominado Setor Noroeste, em Brasília – o Noroeste tonou-se o bairro mais caro de Brasília. Na época da inauguração dos prédios de luxo, o metro quadrado era o mais caro do Brasil, muito em função das propagandas que vincularam nas mídias na época: “O Noroeste é um bairro ecológico, como uma eco vila” (Cáritas Brasileira, 2020). Essa “valorização” do mercado de empreendimentos imobiliários impactou diretamente o

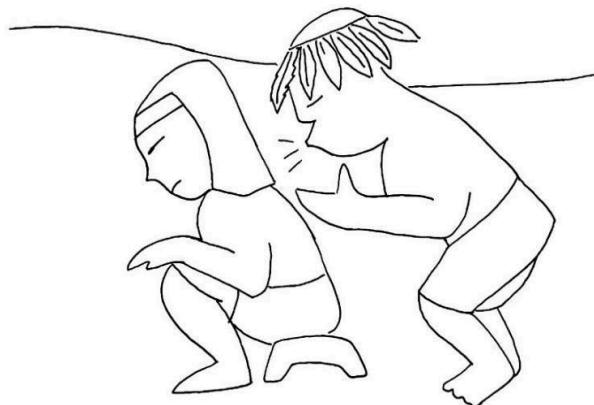
Santuário dos Pajés, pois, ao avançar sobre o território indígena, desmatou metade de uma das únicas faixas verdes de cerrado que havia. Antes da construção do Noroeste, a região era a segunda mais preservada do cerrado, depois do Parque Nacional de Brasília. Na paisagem havia tamanduá-bandeira, cobra, arara-azul, papagaio, periquito, tucano, e atualmente é muito raro ver esses animais na região. Sem contar que o bloco A do condomínio fora construído em cima de uma nascente, e o bloco B, em cima de um cemitério indígena. É o que nos conta Fêtxa Tapuya Guajajara, filho da grande liderança indígena pajé Santxie Tapuya, que faleceu lutando contra o desmatamento e o avanço da Companhia Imobiliária de Brasília e da construtora Brasal (CIMI, 2011). Fêtxa questiona: como um empreendimento se diz sustentável se desmata e não respeita o meio ambiente nem a comunidade indígena? (Cáritas Brasileira, 2020).

A especulação e a expansão imobiliária em territórios indígenas são ameaças aos modos de vida tradicional. A supressão do patrimônio ambiental impacta diretamente os patrimônios cultural e alimentar dessas comunidades. Num movimento de resistência, a literatura **O sopro da vida** apresenta ao leitor a paisagem cultural do território, bem como as memórias afetivas dos modos de ser indígena. Conta que Wyn Dan “coletava folhas, flores, galhos, enfim uma variedade de coisas novas para sua memória [...] e, assim conheceu as sementes bebês” (Wapichana, 2019, p. 14). A literatura revela a presença dos

pajés no santuário sagrado. Muitas pessoas vinham de áreas urbanas em busca de cura e de tratamento de doenças (Figura 3). “Wyn Dan os observava soprar as pessoas e fazer gestos como se retirassem alguma coisa delas” (Wapichana, 2020, p. 16).

A literatura revela também o trabalho coletivo na roça. “Normalmente, a família se juntava para preparar a terra, coletar sementes e fazer mudas”, mas, “um dia, o pequeno ouviu seu pai reclamar que as sementes estavam doentes e não serviam para plantar” (Wapichana, 2020, p. 20). As memórias de Wyn Dan giram em torno de observar o pajé soprar as pessoas para tratar as doenças. Posteriormente, ele mesmo pratica o sopro para curar as sementes, mas percebe que sozinho não consegue salvá-las. Então sua mãe explica que é necessário aprender a soprar com o pajé. Assim Wyn Dan encontra o pajé, que lhe pergunta: “Por que você gostaria de aprender a soprar?”. Responde Wyn Dan: “Preciso salvar as sementes!” (Wapichana, 2020, p. 32).

Figura 3. O sopro do pajé no tratamento de doenças. Ilustrações de Viana e Diogo.



Fonte: Wapichana (2019, p. 17).

A tecnologia do sopro faz parte do cotidiano dos povos indígenas e é aplicada geralmente pelo pajé. Os sopros promovem a cura não somente de pessoas, mas também de animais, vegetais e minerais. São “conhecimentos para a transformação em favor do homem na floresta; meios de proteção e cura contra doenças; [...] longevidade, incluindo dietas, procedimentos e cuidados de usos para se garantir bons resultados” (Baniwa, 2019, p. 27).

No intuito de promover a cura por meio de práticas indígenas de saúde, como o sopro e as plantas, criou-se em Manaus (AM) o Centro de Medicina Indígena Bahserikowi. O que tem preocupado muitos pajés na contemporaneidade é o adoecimento do meio ambiente,

seja pela contaminação do solo e do ar, com o uso indiscriminado de agrotóxicos e pulverizações criminosas, seja pela modificação genética das sementes, com os transgênicos, seja pela contaminação da água dos rios, com a mineração e o garimpo, seja ainda com o capitalismo predatório, que devora paisagens, modos de vida e corrói e destrói os vínculos. “Desmantelar essa máquina de moer florestas e espécies, e restaurar um sistema alimentar [...] local, saudável e baseados em nutrientes de origem vegetal, é um dos maiores desafios deste decênio” (Marques, 2023, p. 112).

Ao relembrar as palavras da agricultora indígena Jerá Poty Guarani (FELIZS – Feira Literária Da Zona Sul, 2020) sobre a importância de cuidar das sementes nativas, de recuperar espécies de plantas, de intercambiar as sementes com povos indígenas do Brasil e da América Latina e de não precisar comprar mais no supermercado diversos alimentos, percebe-se que a roça da própria comunidade tem suprido muitas necessidades alimentares, restaurando as soberania e segurança alimentares.

Ao final da literatura **O sopro da vida**, o pajé aconselha o pequeno Wyn Dan a coletar todas as sementes que encontrar na aldeia, para armazená-las num local seguro, longe de contaminações. Assim, ao coletar as sementes-bebê, Wyn Dan vai aprendendo sobre a diversidade de cores, tamanhos, formas e texturas das sementes e também sobre cuidar das plantas e do futuro de muitas espécies.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar na Educação Indígena

As sementes do PNAE foram cultivadas no ano de 1955, quando o programa foi nomeado à época como Campanha de Merenda Escolar, conforme Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955. Essa campanha surgiu num contexto em que a sociedade brasileira atravessava uma realidade de desnutrição e insegurança alimentar descrita em 1946 na obra **A geografia da fome**, por Josué de Castro (2022).

O PNAE tem como diretriz o respeito às práticas e às tradições culturais dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhas, porém a implementação da lei ainda apresenta muitos desafios (FIAN Brasil, 2023).

Uma breve contextualização sobre a alimentação escolar em territórios indígenas: a voz de um indígena do povo Yanomami sobre a escassez de alimentos em escolas indígenas fez o Ministério Público Federal (MPF) no ano de 2016 criar a Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa), uma articulação entre órgãos públicos e sociedade civil para garantir a entrega dos alimentos das próprias comunidades às escolas indígenas, mediante chamadas públicas. Em 2021, a Catrapoa inspirou a formação de uma rede nacional: a Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil. Uma das ações da rede foi fomentar a publicação de duas notas técnicas: a NT 1/2017 e

NT 3/2020, pautadas no argumento de que a alimentação dos povos tradicionais deve ser respeitada pelas instituições sanitárias brasileiras de fiscalização, amparado num imperativo constitucional. A ação foi necessária, porque havia um movimento contrário ao fornecimento da produção alimentar local às escolas indígenas, alegando falta de inspeção sanitária (FIAN BRASIL, 2023).

O Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ), que acompanha sistematicamente o desempenho do PNAE, reuniu em Brasília nos dias 27 e 28 de maio de 2024 povos do campo, das águas e das florestas, movimentos sociais, representantes dos Centros de Colaboração para Alimentação Escolar e do PNAE, nutricionistas, além de pesquisadores, sociedade civil e gestores, para analisar, discutir e relatar experiências sobre a comercialização da alimentação escolar nas comunidades. Vitória Rodrigues da Silva, do povo Apurinã, moradora da aldeia Lourdes – território ainda não demarcado –, Boca do Acre (AM), foi uma das entrevistadas pelo observatório. Ela conta que a comunidade trabalha nas roças com dificuldade e no enfrentamento de pressões externas, mas, mesmo sob pressão, já conseguiu entregar 26 produtos, entre eles: abacaxi, açaí, banana, buriti, cará, inhame e macaxeira. Vitória ressalta que havia escassez quando a alimentação escolar vinha somente do município e que acessar o PNAE é uma oportunidade de renda e de ajuda para a comunidade, pois, dessa forma, os filhos podem receber alimentos frescos na escola (*apud* ÓAÊ, 2024b).

Jorge Henrique Flores, do Quilombo São Miguel, em Maracaju (MS), conta que a comunidade tem uma produção diversificada de alimentos, com frutas, legumes e verduras, desde abacaxi, banana, mamão, maracujá, melancia à produção da polpa de frutas até doces, farinha de mandioca, mel e pães. Jorge conta: "As famílias fornecem de 200 a 300 quilos de alimentos para a alimentação escolar das mais de 90 escolas presentes no município" e afirma que o PNAE trouxe ao quilombo uma mudança de vida para o produtor agrícola. Muitos que trabalhavam em fazendas voltaram a trabalhar em sua própria comunidade (*apud* ÓAÊ, 2024b).

Contrariando a falácia de que a agricultura familiar é improdutiva, Shiva (2024, p. 104) esclarece: "Pequenos agricultores atendem 70% das necessidades alimentares globais, usando apenas 30% dos recursos destinados à agricultura. Em contraste direto, a agricultura industrial utiliza 70% desses recursos e fornece apenas 30% dos alimentos que consumimos". O reconhecimento e o fortalecimento da agricultura familiar são condições fundamentais para restaurar os sistemas alimentares saudáveis.

Do encontro ocorrido em Brasília, e após escutar as vozes dos povos do campo, das águas e da floresta, o ÓAÊ, em colaboração com o Observatório da Economia da Sociobiodiversidade, FIAN Brasil, Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Fundo Dema, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola,

Instituto Socioambiental, Instituto Sociedade, População e Natureza, WWF Brasil e MPF, elaborou e publicou em 8 de julho de 2024 a carta de recomendações **“Compras públicas para a alimentação escolar entre povos indígenas, quilombolas, e comunidades tradicionais: por onde avançar?”**. A carta contém 23 proposições para melhorias do PNAE. Apesar dos inúmeros esforços, o programa ainda apresenta desafios para a sua implementação e a necessidade de avançar para honrar o direito à autodeterminação dos povos, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário.

Nesse sentido, com o intuito de fortalecer as discussões sobre o direito de os povos indígenas assumirem o controle de suas próprias instituições e modos de vida nos estados onde residem, propusemos uma exposição na universidade para aproximar acadêmicos, pesquisadores e professores das práticas culturais e alimentares de comunidades indígenas Guarani locais.

Exposição Ara Pyau

As sementes sagradas presentes nas literaturas indígenas analisadas e a alimentação escolar indígena motivaram uma ação extensionista na universidade que culminou com a organização e curadoria da exposição *Ara Pyau*, que significa **“tempo novo”** na língua Guarani. A exposição ocorreu de 8 a 30 de agosto de 2023, no hall da

biblioteca, e buscou aproximar acadêmicos, pesquisadores, professores e comunidade dos modos de viver dos povos indígenas.

O mês de agosto foi escolhido para a exposição por dois motivos. Em 9 de agosto de 1995, a Organização das Nações Unidas criou por decreto o Dia Internacional dos Povos Indígenas, com o objetivo de garantir a autodeterminação e os direitos humanos desses povos. Importa ressaltar que essa ação foi resultado de resistência e atuação de representantes dos mais diversos povos indígenas do Brasil e do mundo. Também, o mês de agosto marca o início do ano novo (*Ara Pyau*) para o povo Guarani. Diferentemente dos não indígenas, essa data não é marcada por um único dia, mas por um longo período de seis meses.

O *Ara Pyau* é uma celebração ancestral em que se conta e se canta o renascimento do corpo e do espírito. É o tempo de renovação e de muitas atividades. É o momento de construir as casas, de fazer a roça e de plantar as sementes sagradas do povo Guarani. É o tempo de consagração dos alimentos e batismo, tempo no qual as crianças Guarani recebem o “nome-alma”, dado pelo *Xeramõi* (liderança espiritual).

A concepção de tempo é percebida pelo povo Guarani em dois momentos: Tempo Novo e Tempo Antigo. O *Ara Pyau* (Tempo Novo), de agosto a janeiro, é o tempo do trabalho. O *Ara Ymã* (Tempo Antigo), de fevereiro a julho, é o tempo do descanso físico e espiritual. No *Ara Ymã*, a natureza também descansa, perde as folhas, por isso os

Guarani descansam com ela. A sabedoria Guarani acompanha o ciclo da natureza.

A exposição *Ara Pyau* pretendeu aproximar a sociedade não indígena de alguns elementos do *Tekoá Guarani* (modo de ser e estar no mundo). Agricultura familiar, arquitetura e educação indígena, espiritualidade e corpo-território foram temáticas estampadas nos desenhos das crianças Guarani e em fotografias de lideranças indígenas e indigenistas.

A exposição foi pensada com base na ideia de um plantio, em que a cada semana, em rodas de conversa, se cultivou um conhecimento sobre o povo Guarani. No Primeiro Plantio, que ocorreu em 8 de agosto, no período noturno, lideranças indígenas Guarani realizaram um ritual de abertura com o *Petynguá* (cachimbo sagrado Guarani). Estavam presentes acadêmicos dos cursos de Design, Direito e Patrimônio Cultural e Sociedade, professores, pesquisadores e comunidade.

No Segundo Plantio, em 17 de agosto, no período noturno, ocorreu a abertura da exposição de fotografias sobre agricultura, arquitetura, educação indígena, espiritualidade e corpo-território Guarani. Acadêmicos dos cursos de Arquitetura e Design, professores, pesquisadores e indigenistas estavam presentes.

No Terceiro Plantio, em 25 de agosto, período noturno, houve a exposição dos desenhos das crianças Guarani, rodas de conversa e apresentação dos cordéis construídos por acadêmicos do curso de História. Os cordéis

foram resultado de uma oficina sobre literatura indígena de cordel no semestre anterior – oficina inspirada na obra da escritora indígena cordelista Auritha, do povo Tabajara. A exposição contou com curadoria coletiva, formada por acadêmicos, lideranças indígenas e professores dos cursos de Design, Direito e Patrimônio Cultural e Sociedade e do Comitê de Direitos Humanos. A comunidade também se fez presente, com a participação de professores do Instituto Federal da região que posteriormente compartilharam a exposição em sua instituição, no município vizinho.

Considerações finais

Ao analisar a diversidade das sementes de milho inscritas nas literaturas indígenas, foi possível perceber a importância que os povos do campo e da floresta atribuem à proteção das sementes nativas, para garantir as segurança e soberania alimentares de suas comunidades. As sementes são sagradas, alimentam não somente o corpo, mas também a alma. As práticas alimentares de comunidades tradicionais se entrelaçam com as memórias, histórias, a saúde e espiritualidade.

As literaturas indígenas podem ser pensadas como documentos que expressam as relações existentes entre o homem e o seu meio. Os povos do campo da floresta têm relação de pertencimento com o espaço que habitam, para muito além de um pedaço de terra. As sementes, as plantas, os rios, as montanhas, os animais, os

espíritos têm relação de parentesco entre si; os vínculos são evidentes nas literaturas analisadas. As literaturas indígenas são uma potência para pensar outras possibilidades de construção de mundos e para pensar a alimentação pautada na biodiversidade – para além da monocultura, do agronegócio, das *commodities* e dos agrotóxicos. Elas nos levam a percorrer caminhos outros no relacionamento com a MÃe-Terra.

Em **Makunaimã taanii: presente de Makunaimã**, de 2020, Kamuu Dan apresenta-nos a importância da valorização das sementes nativas, sementes que são passadas de geração em geração e carregam o espírito *maziki*. As sementes sagradas não contêm organismos geneticamente modificados, nem os agrotóxicos comercializados pelos *Karaiwenu* (não indígenas). O pajé – liderança espiritual da comunidade – deve cuidar para preservar as sementes *maziki*, a biodiversidade e a tradição do seu povo. Em **O sopro da vida:** Putakaryy kakykary, de 2019, Kamuu Dan aborda, além da importância da valorização e do cuidado com as sementes nativas – sementes-bebê –, sobre o avanço da especulação imobiliária em territórios tradicionais e seus impactos nos modos de vida e na alimentação das comunidades.

Por isso, com base nas discussões levantadas pelo ÓAÊ, entendemos que o acesso de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais às compras públicas do PNAE deve ser visto como estratégia de soberania e segurança alimentares, de proteção territorial,

de preservação do patrimônio ambiental e do patrimônio cultural, da justiça climática e da promoção das economias da sociobiodiversidade – estratégia em sinergia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, no enfrentamento da fome, da obesidade e das mudanças climáticas.

Entendemos a política pública do PNAE como o mais importante programa de alimentação escolar do mundo, mas, apesar dos avanços, ainda há muitos desafios para sua implementação, especialmente no que diz respeito aos povos do campo e da floresta. O PNAE ainda é responsável pela introdução nas escolas indígenas, quilombolas e ribeirinhas dos ultraprocessados. A alimentação que as escolas indígenas e quilombolas recebem ainda é escassa e descontextualizada da cultura alimentar dos povos indígenas. O ÓAÊ, que acompanha sistematicamente o andamento da política pública PNAE, ao apresentar a carta “Compras públicas para a alimentação escolar entre povos indígenas, quilombolas, e comunidades tradicionais: por onde avançar?” traz à luz os desafios e também propõe soluções pautadas na escuta dos povos do campo e da floresta. As 23 propostas de melhoria do PNAE demonstram a necessidade de avançar para honrar o direito à autodeterminação dos povos previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário.

A ação extensionista que culminou com a exposição *Ara Pyau* (Tempo Novo) contou com a

participação de lideranças indígenas, indigenistas, pesquisadores, acadêmicos, professores e comunidade em geral numa aproximação dos modos de vida de comunidades indígenas, o que nos leva a refletir sobre outras possibilidades de construção de mundos. Os nós tecidos por meio da pesquisa, do ensino e da extensão abrem possibilidades de pensar estratégias para minimizar a crise alimentar e ambiental que vivemos. A permanência da monocultura e do agronegócio, ainda escorados em técnicas predatórias, aprofundam os impactos das mudanças climáticas nos países mais pobres, demonstrando a impossibilidade de o Brasil se manter como o “celeiro do mundo” *ad aeternum*. Os saberes indígenas e o fortalecimento de políticas como o PNAE são fundamentais para criar sociedades mais sustentáveis e menos excludentes. Nesse sentido, os laços compartilhados nessas trocas poderiam nos permitir integrar o *Ara Pyau* (Tempo Novo) e criar redes de resistência.

Referências

AZEVEDO, ELAINE. COLONIALIDADE ALIMENTAR. In: CAMPELLO, TEREZA; BORTOLETTO, ANA PAULA (ORG.). **DA FOME À FOME: DIÁLOGOS COM JOSUÉ DE CASTRO**. SÃO PAULO: ELEFANTE, 2022. P. 309-316.

BANIWA, ANDRÉ FERNANDO. **BEM VIVER E VIVER BEM SEGUNDO O Povo BANIWA NO NOROESTE AMAZÔNICO BRASILEIRO**. CURITIBA: EDITORA UFPR, 2019.

BOMBARDI, LARISSA. ATLAS SOBRE A GEOGRAFIA DO USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL E CONEXÕES COM A UNIÃO EUROPÉIA. **ECOTOX BRASIL**, 2017.

BOMBARDI, LARISSA. **AGROTÓXICOS E COLONIALISMO QUÍMICO**. SÃO PAULO: ELEFANTE, 2023.

BRASIL. DECRETO Nº 37.106, DE 31 DE MARÇO DE 1955. INSTITUI A CAMPANHA DE MERENDA ESCOLAR. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, 1955.

BRASIL. LEI Nº 11.947, DE 16 DE JULHO DE 2009. DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, 2009.

CÁRITAS BRASILEIRA. **SANTUÁRIO DOS PAJÉS**: SÍMBOLO DA RESISTÊNCIA INDÍGENA NO CENTRO-OESTE E ESPAÇO SAGRADO FULNI-Ô. CÁRITAS BRASILEIRA, 2020. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://CARITAS.ORG.BR/NOTICIAS/SANTUARIO-DOS-PAJES-SIMBOLO-DA-RESISTENCIA-INDIGENA-NO-CENTRO-OESTE-E-ESPAÇO-SAGRADO-FULNI-O](https://caritas.org.br/noticias/santuario-dos-pajes-simbolo-da-resistencia-indigena-no-centro-oeste-e-espaco-sagrado-fulni-o). ACESSO EM: 10 JUL. 2024.

CASTRO, JOSUÉ DE. **A GEOGRAFIA DA FOME**. SÃO PAULO: TODAVIA, 2022.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). NOVA ÁREA DO SANTUÁRIO DOS PAJÉS É DEVASTADA POR CONSTRUTORAS. **TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL**, 2011. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://TERRASINDIGENAS.ORG.BR/PT-BR/NOTICIA/107231](https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/107231). ACESSO EM: 10 JUL. 2024.

CUNHA, MANUELA CARNEIRO. **CULTURA COM ASPAS**. SÃO PAULO: UBU, 2017.

DORRICO, JULIE ET AL. **LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA**: CRIAÇÃO, CRÍTICA E RECEPÇÃO. PORTO ALEGRE: FI, 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.EDITORAFI.ORG/_FILES/UGD206_093EFFA656194602B2BB25561277A65D.PDF](https://www.editorafi.org/_files/UGD206_093EFFA656194602B2BB25561277A65D.PDF). ACESSO EM: 10 JUL. 2024.

FELIZS – FEIRA LITERÁRIA DA ZONA SUL. MODOS DE VIVER GUARANI E O CULTIVO DE SEMENTES CRIOLAS COM JERA GUARANI. **YouTube**, 2020. 6 MIN. DISPONÍVEL EM: <https://www.youtube.com/watch?v=57M5L8n2BuQ>. ACESSO EM: 25 OUT. 2023.

KINUPP, VALDELY F. **PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (PANC) NO BRASIL**. SÃO PAULO: PLANTARUM, 2021.

KOCH-GRÜMBERG, T. **Do Roraima ao Orinoco: resultados de uma viagem no norte do Brasil e na Venezuela nos anos de 1911 a 1913**. SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2022. v. 3.

MARQUES, LUIZ. **O DECÊNIO DECISIVO: PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA DE SOBREVIVÊNCIA**. SÃO PAULO: ELEFANTE, 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **NOTA TÉCNICA Nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/MPF-AM**. GOVERNO DO AMAZONAS: MPF, 2017. DISPONÍVEL EM: https://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/nota-tecnica-merenda-escolar-indigena/at_download/file. ACESSO EM: 5 OUT. 2023.

OBSERVATÓRIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (ÓAÊ). **COMPRAS PÚBLICAS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ENTRE POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, E COMUNIDADES TRADICIONAIS: POR ONDE AVANÇAR?** ÓAÊ, 2024A. DISPONÍVEL EM: <https://alimentacaoescolar.org.br/noticias/2024/07/08/carta-ao-governo-e-congresso-propoe-melhorias-no-acesso-ao-pnae-para-indigenas-quilombolas-e-comunidades-tradicionais/>. ACESSO EM: 12 JUL. 2024.

OBSERVATÓRIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (ÓAÊ). **ENCONTRO REÚNE INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E PROPÕE MELHORIAS PARA ACESSO AO PNAE**. ÓAÊ, 2024B. DISPONÍVEL EM: <https://alimentacaoescolar.org.br/noticias/2024/06/14/encontro-reune-indigenas-quilombolas-povos-e-comunidades-tradicionais-e-propoe-melhorias-para-acesso-ao-pnae/>. ACESSO EM: 12 JUL. 2024.

ORGANIZAÇÃO PELO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO E À NUTRIÇÃO ADEQUADAS (FIAN BRASIL). **MAPEAMENTO AGRÍCOLA INDÍGENA: CONTRIBUIÇÃO AO TRABALHO DAS MULHERES MAPANA**. BRASÍLIA: FIAN BRASIL, 2023. COLEÇÃO EQUIDADE E SAÚDE NOS SISTEMAS ALIMENTARES PNAE INDÍGENA. DISPONÍVEL EM: https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/05/AM_MAPEAMENTO_v03DIGITAL.PDF. ACESSO EM: 5 SET. 2023.

POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (PIB). **WAPICHANA**. PIB. DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://PIB.SOCIOAMBIENTAL.ORG/PT/Povo:WAPICHANA#POPULA.C3.A7.C3.A3o](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:WAPICHANA#POPULA.C3.A7.C3.A3o). ACESSO EM:
10 JUL. 2024.

SHIVA, VANDANA. **TERRA VIVA**: MINHA VIDA EM UMA BIODIVERSIDADE DE MOVIMENTOS. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2024.

SILVA, ALESSANDRA T. M.; MEIRA, ROBERTA B. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: O MEL E O MILHO, SEMENTES SAGRADAS NAS LITERATURAS INDÍGENAS GUARANI. *In*: SOUZA, ELIZEU C.; OLIVEIRA, DALILA; VIEIRA, LÍGIA F. (ORG.). ESCOLA DOUTORAL – DIREITO À EDUCAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE: NARRATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS. **ANAIIS** [...]. SALVADOR: GRAPHO/UNEB; GESTRADO/UFMG, 2023. P. 39-43.

WAPICHANA, KAMUU D. **O SOPRO DA VIDA**: PUTAKARYY KAKYKARY. TRADUÇÃO AO WAPICHANA: NILZIMARA DE SOUZA E SILVA. SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2019.

WAPICHANA, KAMUU D. **MAKUNAIMÃ TAANII**: PRESENTE DE MAKUNAIMÃ. TRADUÇÃO AO WAPICHANA: NILZIMARA DE SOUZA E SILVA. BRASÍLIA: AUA, 2020.